



Renan (D) se despede do presidente Horst Köhler, ao lado de Eva Luise Köhler e do deputado Arlindo Chinaglia

## Presidente alemão visita o Congresso

As reformas políticas em curso no mundo foram discutidas ontem pelos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Arlindo Chinaglia, com o presidente alemão Horst Köhler. Renan destacou a necessidade de o Brasil aprofundar relações com a União Européia. **Página 3**

## Em debate sobre PAC, empresários cobram reforma

Empresários e senadores cobraram ontem do governo reformas estruturantes que assegurem maior crescimento da economia. O debate com os presidentes da CNI, Armando Monteiro, e da Abdib, Paulo Godoy, ocorreu na Comissão de Infra-Estrutura. **Página 5**

## Avança integração de legislativos

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai liberar recursos para o projeto de integração dos legislativos brasileiros. O programa Interlegis entra em nova fase. **Página 2**

## Brasileiro deve ser isento de visto em Portugal

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem acordo que isenta de visto os cidadãos brasileiros e portugueses que permanecerem por até 90 dias, em Portugal ou no Brasil, respectivamente, em viagens de negócio ou de turismo. **Página 3**

## CCJ prepara legislação contra crime organizado

Comissão votará na quarta-feira projeto que enquadra até delitos na área de informática. Colegiados examinam outras propostas



Aloizio Mercadante (E) e Demostenes Torres destacam alcance de projeto

**A**lém do projeto que tipifica o crime organizado, podem ser votadas na semana que vem as propostas sobre lavagem de dinheiro, concessão de autonomia aos estados para organizar polícias e obrigação de as empresas bloquearem celulares nos presídios. **Página 4**

## Amazônia pode esquentar até 8 graus, alerta Marina

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou ontem, em audiência pública no Senado, que as mudanças climáticas no planeta criam uma oportunidade para a solidariedade entre os povos. Marina advertiu, contudo, que pesquisas apontam o risco de o produto interno bruto (PIB) global ser afetado em até 20% e de a temperatura na Amazônia esquentar até 8 graus. **Página 8**

Marina recebe homenagem, ao lado de Cristovam (D), Paim, Malta e Juvêncio da Fonseca





## Cristovam critica promoção automática nas escolas

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou o sistema de promoção automática aplicado nas escolas públicas do ensino básico, por meio do qual o aluno é sempre aprovado de um ano letivo para o seguinte, podendo ser reprovado só no fim de cada ciclo de quatro anos. Quando o professor percebe que o aluno está com dificuldades, compete à escola providenciar um programa de recuperação paralela e um adicional de aulas. Para Cristovam, “o verdadeiro incentivo é uma escola de qualidade, que faça a criança gostar de estudar”.

– A promoção automática faz parte de uma lógica brasileira, qual seja, a de esconder o problema. É como a correção monetária, que escondia a inflação, em vez de combatê-la. Ao fazer isso, a inflação acabou se perpetuando por muitos anos – frisou ele.

O senador disse ainda que o programa Bolsa Família é uma forma de esconder o desemprego, e o vale-transporte e o vale-alimentação, os baixos salários.

– Não sou contra esses três mecanismos, mas eles não resolvem a questão. Já a promoção automática é uma forma de crime contra a educação e a própria criança, que é enganada – afirmou.



Para Cristovam, mecanismo não é incentivo, e sim enganação e crime

Segunda fase de projeto prevê escolas de inclusão digital em municípios-pólo, com o uso de computadores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento



Studart (D) conversa com Agacieli, ao lado de Weiller Diniz, James Gama (da TV Senado), Denise Zoghbi (do ILB) e Vânia Maione (da Unilegis)

## Senado renova convênio com BID para o programa Interlegis II

O programa de integração dos legislativos brasileiros, que conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Senado, foi renovado ontem, em solenidade com a presença do diretor-geral da Casa, Agacieli Maia, do diretor-executivo do BID, Rogério Studart, e de representantes de secretarias e órgãos do Senado envolvidos com o programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. O convênio realizado tem o valor de US\$ 64 milhões, em regime de contrapartida de 50% pelo Senado.

Na opinião de Rogério Studart, o projeto de integração do Poder Legislativo brasileiro, realizado

pelo Senado em parceria com o Programa Interlegis, apresenta todas as características relacionadas à meta da instituição, isto é, fortalecer a economia, a democracia e a integração dos países pertencentes à região de atuação da instituição: América Latina e Caribe.

A liberação dos recursos do BID, informou o diretor-geral do Senado, deve ocorrer em aproximadamente 60 dias. Ele disse ainda que, nessa segunda fase do projeto, serão formados os denominados municípios-pólo, nos quais serão instaladas escolas de inclusão digital, utilizando os computadores financiados pelo BID. Agacieli Maia também salien-

tou que o sistema de comunicação da Casa poderá ser fortalecido por meio do aumento da tiragem do Jornal do Senado, pela ampliação do sinal da Rádio Senado FM e pela transmissão da TV Senado em sinal aberto.

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Weiller Diniz, destacou a importância da TV Senado como instrumento de integração entre os legislativos federal, estadual e municipal. Com esse objetivo, ele informou que a emissora poderá inserir uma faixa de programação, em sua grade, para apresentar os produtos desenvolvidos pelo programa Interlegis, atualmente disponíveis apenas pela internet rápida (banda larga).

## Deputados pedem comissões mistas para exame de MPs

Um grupo de deputados da chamada “terceira via” reivindicou do presidente do Senado, Renan Calheiros, a instalação de comissões mistas para o exame das medidas provisórias editadas pelo presidente da República. A instalação desses colegiados está prevista na Constituição.

Segundo o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), as matérias não estão sendo debatidas, obrigando a Câmara e o Senado a votarem as MPs com base somente em pareceres elaborados no Plenário de cada Casa.

– Isso não é republicano – queixou-se o deputado Paulo Renato Souza (PSDB-SP), ex-ministro da Educação, referindo-se ao direito da minoria de participar das comissões e discutir as matérias.

Renan prometeu reunir-se com os líderes para encaminhar a reivindicação. Outro pleito da “terceira via”, também integrada pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), é que o Congresso se reúna dentro do prazo constitucional para examinar os vetos do presidente da República aos projetos aprovados pelo Legislativo.

### Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não-deliberativa

Às 9h, o Plenário se reúne para sessão não-deliberativa. Sem votações, essa sessão é destinada a debates dos parlamentares e comunicados da Mesa e das lideranças. Na semana que vem, os senadores continuam a analisar propostas de emenda à Constituição e projetos.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Magno Malta, Gilvam Borges, Valter Pereira e Mão Santa





Heráclito (F), ao lado de Collor, preside reunião da Comissão de Relações Exteriores

## Aprovado acordo que prevê isenção de vistos entre Portugal e Brasil

Serão isentos de visto os cidadãos brasileiros e portugueses que permanecerem por até 90 dias em Portugal ou no Brasil, respectivamente, com objetivos artísticos, culturais, científicos, empresariais, acadêmicos, jornalísticos, desportivos ou turísticos. A medida consta do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado há quatro anos em Lisboa, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O PDS 503/06, que aprova o texto do acordo, teve como relator o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB). Ele considerou a iniciativa “um avanço” e lembrou a forte relação entre Pernambuco, o estado que representa, e Portugal.

Também receberam parecer favorável da comissão o PDS 502/06 e o PDS 504/06, que aprovam os textos da Convenção 178 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre trabalhadores marítimos, e de acordo celebrado entre o Brasil e a Croácia a respeito de cooperação no campo da veterinária. Os relatores foram, respectivamente, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

A CRE acolheu ainda parecer

favorável à Mensagem 31/07, que contém a indicação para o cargo de embaixador na Costa Rica do ministro de primeira classe Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares. A mensagem teve como relator o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que registrou em seu voto a postura de neutralidade bélica da Costa Rica e o seu papel como principal parceiro comercial do Brasil na América Central.

### Integração

Por iniciativa do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a CRE convidará o embaixador brasileiro na Argentina, Mauro Vieira, para debater a integração econômica continental e as denúncias de atividades de grupos terroristas na chamada Tríplice Fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai. Uma visita de senadores da comissão à região – atendendo a requerimento do presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (PFL-PI) – deverá ocorrer nas próximas semanas.

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs a criação de uma comissão externa para debater a situação de países que fazem fronteira com o Brasil. Foi ainda aprovado requerimento de Inácio Arruda para a realização de audiência sobre fontes alternativas de energia.

## Goldemberg fala em audiência na quarta sobre mudança climática

O físico José Goldemberg será o convidado da primeira audiência pública – às 10h da próxima quarta-feira – da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O convite ao coordenador da participação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92) foi feito a partir de requerimento do presidente da subcomissão, senador

Fernando Collor (PTB-AL).

O requerimento foi aprovado durante uma rápida reunião da subcomissão, ainda durante reunião da CRE. Ao apresentar sua proposta, Collor classificou Goldemberg como “uma das maiores autoridades em meio ambiente” do Brasil. O senador anunciou que fará um convite ao ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, protagonista do filme Uma verdade inconveniente, para que ele fale a respeito das mudanças climáticas do planeta.

Em visita ao Congresso Nacional, Horst Köhler é recebido por Renan, Chinaglia e parlamentares das comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara

# Presidente da Alemanha discute globalização e reformas políticas

As reformas políticas em curso no mundo, para adequar a realidade de cada Estado ao impacto da globalização, foram um dos temas discutidos ontem pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, com o presidente da Alemanha, Horst Köhler. Participaram da reunião deputados e senadores das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas do Congresso.

– Foi uma conversa em que ficaram claras nossas convergências, sobretudo a necessidade de estabelecermos com a União Européia, hoje presidida pela Alemanha, um aprofundamento de relações. Conversamos sobre as mudanças políticas que os parlamentos do mundo precisam fazer – disse Renan.

Ao longo da conversa, o presidente do Senado mencionou proposta de emenda à Constituição de sua autoria destinada a impedir

o governo de editar medida provisória capaz de alterar contratos. Ele frisou que a iniciativa objetiva dar mais segurança jurídica a quem investe no Brasil, reduzindo a incerteza do investidor.

Renan afirmou a Köhler que sua visita crescia em importância na medida em que o Brasil está às vésperas de estabelecer um diálogo de alto nível com a União Européia, com vistas à criação de uma parceria estratégica.

– Precisamos intensificar essa agenda de natureza global para dar força às nossas relações bilaterais. O Brasil tem hoje como grande meta o crescimento sustentado e esperamos que a Alemanha contribua decisivamente para isso – ressaltou.

### Diálogo

Depois de dizer que Renan e Chinaglia representavam as instituições que são a base da democracia brasileira, Köhler se interessou em conhecer as

mudanças em votação no Parlamento. Chinaglia explicou então que tramitam na Câmara as reformas política, tributária e sindical – fundamentais no processo de modernização por que passa o Brasil. E acrescentou que, em relação à reforma política, o modelo alemão é uma referência a ser analisada.

O presidente alemão destacou que a Europa acompanha com atenção o desenvolvimento brasileiro e defendeu o entendimento de que o crescimento econômico contemple sempre vastas camadas da população.

Pouco antes do encerramento do encontro, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou Horst Köhler com dois livros de sua autoria: Renda básica da cidadania e Renda de cidadania – a saída é pela porta. Vários senadores e deputados também falaram com Köhler sobre as relações Brasil-Alemanha.



Entre Renan (D) e Chinaglia, o presidente alemão, Horst Köhler, e sua esposa, Eva Luise, ao fim da visita ao Congresso

## Senadores ressaltam laços entre brasileiros e alemães

O senador Fernando Collor (PTB-AL) pediu maior cooperação entre o Brasil e a Alemanha na defesa do meio ambiente, durante encontro ontem com o presidente alemão Horst Köhler. Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Neuto de Conto (PMDB-SC) lembraram a forte presença da colonização germânica nos seus estados. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o desenvolvimento sustentável da Amazônia, para beneficiar a população local com melhor qualidade de vida.

## Raupp e Gilmar Machado vão visitar o Parlamento alemão

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator-geral da proposta orçamentária para 2007, e o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), farão uma visita ao Parlamento alemão ainda neste primeiro semestre. A viagem foi acertada ontem durante a visita do presidente alemão, Horst Köhler, ao Congresso Nacional.

O objetivo da viagem, explicou Raupp, é conhecer o processo de elaboração, acompanhamento e fiscalização da lei orçamentária daquele país.





Alvaro Dias: "Interiorização da violência foi a principal constatação do estudo"

## Alvaro Dias adverte para sentimento generalizado de insegurança

Tendo como base o estudo da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) que traçou o mapa da violência no Brasil, Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou ontem para a existência de um sentimento generalizado de insegurança, que chamou de "a soma de todos os medos que sacodem o país".

O senador observou que o estudo reúne dados de 84 países de diferentes níveis de desenvolvimento, onde o Brasil desponta como o quarto mais violento e é superado apenas pela Colômbia, Rússia e Venezuela. Com uma média de 27 homicídios por 100 mil habitantes, acrescentou Alvaro, o índice brasileiro é 40

vezes superior aos da Inglaterra, França e Alemanha.

– A interiorização da violência, sem dúvida, foi a principal constatação do referido estudo. E dos dez municípios com maiores taxas de assassinatos, seis estão localizados no Centro-Oeste.

Além disso, Alvaro assinalou que, das quatro cidades restantes

entre essas dez, a mais violenta é Foz do Iguaçu, no Paraná, que teve 223,3 assassinatos na faixa etária entre 15 e 24 anos por 100 mil habitantes em 2004. Ele lembrou que o projeto que institui o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu foi aprovado pelo Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados.

## Campos: Brasil está indignado diante da criminalidade

Jayme Campos (PFL-MT) afirmou ontem que o Brasil vive em estado de indignação coletiva diante da criminalidade. O senador comentou o estudo da Organização dos Estados Ibero-Americanos que aponta os dez municípios mais violentos do país, dos quais quatro estão localizados em Mato Grosso: Colniza, em primeiro lugar; Juruena, em segundo; São José do Xingu, em quinto, e Aripuanã, em oitavo.

– Tristemente, o município de Colniza converteu-se em sinônimo de violência e impunidade. Não por culpa dos honrados moradores daquela localidade, mas, sim, pela falta de vocação do Estado nacional na mediação dos conflitos de natureza agrária.

No caso de Colniza, Juruena e Aripuanã, os crimes de morte poderiam ser reduzidos drasticamente com medidas puramente burocráticas, segundo Jayme Campos. Bastaria que o Incra desse mais celeridade ao processo de regularização fundiária e que o Ibama fiscalizasse a exploração de madeira na área.



Jayme Campos vê omissão do governo federal na prevenção da violência

## CCJ votará na quarta o projeto que tipifica crime organizado

Até delitos na área de informática estão previstos na proposta. Outras três iniciativas de combate ao crime constam da pauta de comissões do Senado

Projeto de lei que tipifica o crime organizado – que não é previsto na legislação brasileira – deverá ser votado na próxima quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O anúncio foi feito ontem pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), um dos sete integrantes do grupo de trabalho criado pela CCJ para apresentar, num prazo de 30 dias, propostas de combate à violência.

A matéria, informou Mercadante, é abrangente e define um elenco de delitos ligados às organizações criminosas, a exemplo do tráfico de drogas, de pessoas e de órgãos humanos; contrabando de armas, munições e explosivos;

crimes contra a administração pública e o sistema financeiro; falsificação de medicamentos; e crimes ambientais e culturais, entre outros.

A novidade é que até delitos na área de informática estão previstos no projeto. A pena, fixada na proposição, para quem tomar parte, favorecer, integrar, ou constituir organizações criminosas, é de cinco a dez anos, com aumento da penalidade em um terço em relação a algumas situações.

– O projeto é o mais importante entre os que estão em análise pelo grupo de trabalho – comemorou Demostenes Torres (PFL-GO).

Outra proposta definida pelo grupo de senadores e que deverá

ser votada na próxima terça-feira, desta vez pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é a que trata da lavagem de dinheiro. Mais duas proposições fecham o pacote de projetos de combate à violência a ser votado na próxima semana. A primeira obriga as empresas de telefonia a bloquear os celulares nos presídios, a ser examinada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), e a segunda dá aos estados autonomia para organizar as suas polícias, a ser votada pela CCJ.

– Esses quatro projetos representam uma resposta do Congresso a esse imenso desafio que é a escalada da violência – concluiu Aloizio Mercadante.



Malta: governo não construiu os presídios de segurança máxima que prometeu

## Malta defende criação de comissão permanente

Ao lembrar a passagem do Dia Internacional da Mulher, Magno Malta (PR-ES) solidarizou-se ontem com as mães que tiveram seus filhos vitimados pela violência e fez um apelo aos parlamentares pela criação no Senado de uma comissão permanente de segurança pública.

O senador recordou que há cerca de três anos apresentou um projeto de resolução à Mesa propondo a criação dessa comissão, mas a idéia não foi adiante. Magno Malta também lamentou o fato de só o Legislativo ser cobrado quando surgem episódios de violência na sociedade, embora o Executivo e o Judiciário também tenham suas responsabilidades. Ele perguntou onde estão os presídios de segurança máxima prometidos pelo governo, os quais até agora não foram construídos.

Malta também anunciou ter protocolado, sob o número 87/07, o projeto de lei que tipifica o crime organizado no Brasil. A matéria foi elaborada por grupo de trabalho da CCJ.

## Lobão lamenta impunidade e falhas na legislação penal

Em discurso no Plenário, Edisson Lobão (PFL-MA) analisou as causas do aumento da criminalidade no Brasil, destacando incoerências da legislação penal e a impunidade como fatores que contribuem para o crescimento da violência.

Lobão elogiou reportagem especial da revista Veja de 10 de janeiro último, que traça um panorama da violência e da criminalidade no país, destacando a informação de que há 570 mil

mandados de prisão expedidos, mas não cumpridos. Ao mesmo tempo, chamou a atenção para as péssimas condições das prisões brasileiras, que classificou de medievais, por estarem superlotadas. O senador também disse que a falta de valorização dos policiais contribui mais ainda para a impunidade.

A reportagem, avaliou Lobão, mostra a "incoerência da legislação penal", por exemplo, quanto à pena máxima de 30 anos, o que



Segundo Lobão, falta de valorização dos policiais estimula impunidade

faz com que aquele que comete um homicídio e aquele que comete quatro sejam punidos com a mesma pena.

## Renan diz que combate deve ser permanente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a aprovação, na quarta-feira, pelo Plenário, de projetos endurecendo o regime de progressão da pena para o crime hediondo e dificultando a posse de aparelho celular pelo presidiário é sinal claro de

que a Casa está tomando decisões para combater a violência.

– Mas esse combate à violência tem que ser permanente, duradouro, não pode ser circunstancial. Por isso precisamos dar continuidade a essa agenda.

Indagado sobre a disposição da

OAB de oferecer uma iniciativa de reforma política ao Congresso, Renan disse que o Legislativo está sempre aberto a idéias.

– Nós vamos receber sugestões, inclusive da sociedade.

Renan ainda negou eventual retaliação nas votações do Sena-

do contra a posição do presidente Lula, que neutralizou seu apoio à candidatura de Nelson Jobim para a presidência do PMDB.

– A coisa partidária tem de ser tratada como tal. E a relação entre os Poderes tem de ser encarada institucionalmente.



## Raupp acha que país só cresce 5% a partir do próximo ano



Valdir Raupp: nem todas as medidas serão aprovadas a tempo este ano

Para o Brasil alcançar o crescimento de 5% este ano, conforme prevê o PAC, é necessário reduzir a carga tributária, afirmou o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO). Ele observou que o custo dos impostos no país – um das maiores do mundo – atinge hoje cerca de 38% do produto interno bruto (PIB). Segundo o senador, a meta pretendida pelo governo para este ano só poderá ser atingida a partir do próximo, devendo registrar-se em 2007 a taxa de 3,5%.

Raupp fez a avaliação na quarta-feira, após reunião da bancada do PMDB a que estiveram presentes o presidente do Senado, Renan Calheiros, os ministros de

Minas e Energia, Silas Rondeau, e das Comunicações, Hélio Costa, e os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro.

O líder declarou que países da América Latina, como Chile e Argentina, têm carga tributária em torno de 20% do PIB e crescimento maior que o brasileiro. Ele disse que nem todas as medidas do PAC serão aprovadas a tempo, este ano, para proporcionar crescimento de 5% em 2007.

Raupp ressaltou, porém, que a bancada do PMDB apóia o PAC e aprovará no Congresso todas as oito medidas provisórias que constituem o programa. “Com essas medidas, as condições serão preparadas para um crescimento de 5% em 2008, podemos chegar a 6% ou 7% em 2010”, afirmou.

As principais propostas do PAC envolvem investimentos na área de infra-estrutura e aumento do crédito, principalmente para estados e municípios. O programa também inclui desoneração tributária, o que melhora o ambiente para investidores privados.



Jucá, Tarso Genro, Lula, Alencar, Dilma e Roseana Sarney na cerimônia no Planalto

## Governo faz indicação de seus líderes no Congresso Nacional

Em cerimônia realizada ontem no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Lula, foram anunciados oficialmente os líderes do governo no Congresso Nacional. Romero Jucá (PMDB-RR) foi confirmado como líder do governo no Senado, posto que vinha ocupando interinamente, enquanto a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) se tornou a nova líder no Congresso, substituindo Fernando Bezerra (PTB-RN), cujo mandato terminou no início do ano. O deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE) é o líder do governo na Câmara.

Também estiveram presentes na cerimônia o vice-presidente da República, José Alencar; a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; o ministro das Relações

Institucionais, Tarso Genro; o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia; e os senadores José Sarney (PMDB-AP), Renato Casagrande (PSB-ES) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Lula declarou que a base do governo cresceu no Congresso Nacional. E destacou, assim como Tarso Genro, a importância das matérias que integram o Programa de Aceleração do Crescimento.

Ao frisar que uma de suas prioridades será a votação das propostas relacionadas ao PAC, Roseana Sarney disse que caberá a ela “buscar o consenso nas duas Casas do Congresso”. Já Romero Jucá ressaltou a importância da articulação entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Em debate na Comissão de Infra-Estrutura, presidente da CNI pede reformas previdenciária, tributária e trabalhista, enquanto presidente da Abdib cobra redução da carga dos impostos



Ao lado do presidente da CI, Marconi Perillo (D), os empresários Armando Monteiro Neto (C) e Paulo Godoy debatem programa

## Empresários sugerem medidas para que PAC atinja as metas

“O Congresso Nacional precisa promover as reformas tributária e previdenciária, modificar a legislação trabalhista, instituir os marcos regulatórios que hoje estão indefinidos, precisar o papel das agências e até pensar numa nova lei de defesa da concorrência”, afirmou ontem o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, em audiência pública promovida na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Na avaliação do empresário – que reconheceu pontos positivos na iniciativa do governo –, o programa lançado em janeiro é ousado nos objetivos, mas limitado nos instrumentos. Ele disse que o país precisará de cem anos para dobrar a renda dos brasileiros se continuar com o atual ritmo de crescimento. Armando Monteiro previu que “se realmente acon-

tecer os investimentos em infra-estrutura, os agentes privados reagirão e se abrirá um ciclo positivo de crescimento”. Salientou que o plano governamental tem o mérito de recolocar a questão do crescimento na agenda.

O presidente da CNI considerou insuficientes as medidas de desoneração tributária. “Nos damos ao luxo de tributar o investimento, pagar impostos quando se adquire uma máquina ou bem de capital antes que ela produza, ou seja, elevamos o custo do investimento.” Armando Monteiro sugeriu que os bens de capital sejam desonerados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, afirmou que será um grande desafio para o governo acompanhar e viabilizar os investimentos listados no PAC. Segundo Godoy, para atingir tal

objetivo, é necessário melhorar as condições macroeconômicas, com a redução da carga tributária, o aumento da competitividade da indústria e o restabelecimento da capacidade de o poder público agir nas áreas que competem a ele, como a melhoria na gestão do investimento público.

O dirigente da Abdib apontou a necessidade de transparência nas atribuições dos órgãos que lidam com os licenciamentos ambientais e pediu a informatização dos processos, para acompanhamento dos dados e detecção de entraves burocráticos que podem atrasar por muito tempo uma obra.

Da mesma forma que Armando Monteiro, Godoy elogiou pontos específicos do programa, como a medida provisória que cria um fundo de investimento para a infra-estrutura – mas frisou que é preciso atrair investimentos privados para que as metas do programa sejam alcançadas.

## Senadores defendem reformas estruturantes

O programa foi avaliado, na audiência, como insuficiente para assegurar que a economia nacional cresça em velocidade maior e de forma sustentada. O entendimento foi compartilhado tanto pelos dois convidados quanto pelos senadores, que formaram coro para cobrar do governo um conjunto de reformas estruturantes.

– O PAC não pode representar uma panacéia ou uma anestesia em relação a temas tão importantes – ressaltou Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da CI.

Arthur Virgílio (PSDB-AM)

mostrou reduzida confiança no pacote de medidas com que o governo quer obter crescimento na economia de 4,5% este ano.

Quanto ao fundo para financiar projetos de saneamento constituído com recursos do FGTS, Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que a medida impõe riscos aos recursos dos trabalhadores. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou proposta criando uma subcomissão na CI para acompanhar a implementação do PAC.

Em resposta a Marconi, Armando Monteiro disse esperar

que a visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao país possibilite redimensionar as relações entre os dois países, e inclusive a perspectiva de redução da taxaço ao álcool. Também participaram dos debates Delcídio Amaral (PT-MS), que questionou sobre as prioridades de investimento no PAC; Eliseu Resende (PFL-MG), que se manifestou “cético” quanto à competência gerencial do governo para conduzir com acerto o programa; e Valter Pereira (PMDB-MS) que abordou os altos juros.





Azeredo propõe barreira alfandegária para evitar aumento do desemprego no Brasil

## Azeredo comenta "invasão" de produtos chineses

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) relatou visita que fez à China, no final de janeiro, chefiando uma delegação composta por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Serys Slhessarenko (PT-MT), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e pelo então senador Rodolpho Tourinho. O senador comunicou que na ocasião, entre outros temas, debateu com membros da Assembléia Popular da China a sua preocupação com a perda de empregos no Brasil em decorrência da crescente venda de produtos chineses no país.

– Tivemos uma inversão na balança de pagamentos. Agora as importações feitas pela China de produtos brasileiros são menores do que as exportações que eles fazem para o Brasil. Exportamos basicamente produtos primários, como minério de ferro e soja, e já estamos importando produtos com alguns valores agregados, daí nossa preocupação no sentido de estabelecermos cotas ou outro tipo de barreira alfandegária para evitar danos maiores – afirmou.

Nery rejeita para o país papel de subserviência aos Estados Unidos. Heráclito afirma que Brasil não deve aceitar interferência de nenhum país – inclusive da Bolívia

# Visita de Bush leva senadores a discutirem diplomacia do Brasil

A visita oficial de dois dias do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil foi debatida ontem em Plenário pelos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e José Nery (PSOL-PA). Para Heráclito, o Brasil não pode aceitar a interferência de qualquer país, seja dos Estados Unidos, seja da Bolívia, em seus assuntos internos. Já o senador pelo Pará opinou que o Brasil não deve se aliar à política externa americana e defendeu a retirada das tropas brasileiras do Haiti.

Heráclito elogiou a postura da diplomacia brasileira de não se dobrar a interesses norte-americanos. No tocante à Bolívia, o senador considerou inaceitável a expulsão de brasileiros do país e a quebra de contratos em negócios mantidos pela Petrobras na exploração de gás natural. As críticas do pefelista também alcançaram o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, censurado por ter protestado contra os Estados Unidos em visita à Argentina. Segundo afirmou, o Brasil não pode se dar ao

luxo de abrir mão de estabelecer um maior entrosamento comercial com os Estados Unidos.

O parlamentar também chamou a atenção para supostas lacunas na segurança do espaço aéreo brasileiro. Se a questão não for enfrentada, disse, haverá queda de investimentos no país. Ele apontou erro desse e de governos anteriores quanto ao corte de recursos para o setor, afirmando ainda que a suspensão de investimentos no Sistema de Vigilância da Amazônia teria contribuído para fragilizar a soberania nacional.

### Autonomia

Em seu discurso, o senador José Nery sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não aceite um papel subserviente nas

questões que for tratar com o líder norte-americano.

– O presidente Lula deve zelar pelos interesses do nosso país e não pactuar com os planos expansionistas e colonialistas de Bush. Não devemos apoiar ações beligerantes contra países. Somos favoráveis à imediata suspensão do bloqueio econômico patrocinado pelos Estados Unidos contra Cuba e contrários a quaisquer sanções que possam prejudicar a Venezuela e a Bolívia – afirmou.

Os recursos seriam destinados à regularização da situação das famílias brasileiras que vivem na faixa de fronteira com o estado do Acre. Medida provisória com essa finalidade foi aprovada pela Câmara e deve ser apreciada pelo Senado em breve. Para Virgílio, o objetivo real da MP 354/07 é beneficiar o governo de Evo Morales. O senador frisou que os assentamentos da reforma agrária no Brasil carecem de investimentos.

– O Executivo agiu de má-fé ao subestimar a inteligência dos parlamentares. A MP deve ser rejeitada pelo Senado, ainda que os recursos já tenham sido empenhados – disse Virgílio, apoiado em aparte por Jefferson Péres (PDT-AM).



Para Virgílio, MP deve ser rejeitada, mesmo com recursos já empenhados

## Virgílio é contra repasse para reforma agrária na Bolívia

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou a decisão do governo de abrir crédito no Orçamento no valor de R\$ 20 milhões em favor do Ministério das Relações Exteriores, a serem repassados à Bolívia para implantação da política de reforma agrária.

Os recursos seriam destinados à regularização da situação das famílias brasileiras que vivem na faixa de fronteira com o estado do Acre. Medida provisória com essa finalidade foi aprovada pela Câmara e deve ser apreciada pelo Senado em breve. Para Virgílio, o objetivo real da MP 354/07 é beneficiar o governo de Evo Morales. O senador frisou que os assentamentos da reforma agrária no Brasil carecem de investimentos.

– O Executivo agiu de má-fé ao subestimar a inteligência dos parlamentares. A MP deve ser rejeitada pelo Senado, ainda que os recursos já tenham sido empenhados – disse Virgílio, apoiado em aparte por Jefferson Péres (PDT-AM).



Heráclito: Brasil deve estreitar laços comerciais com os Estados Unidos



José Nery: governo norte-americano quer impedir ampliação do Mercosul

## Senadores celebram em Plenário a passagem do Dia Internacional da Mulher

Em discursos da tribuna, senadores saúdam as brasileiras pelo seu dia, celebrado em 8 de março. Oficializada pela Organização das Nações Unidas, a data foi escolhida para homenagear 130 operárias que morreram queimadas dentro da fábrica em que trabalhavam, em Nova York, no ano de 1857, por terem feito greve pela redução da carga de trabalho e equiparação de salário com os homens.



MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA conquistam cada vez mais espaço na sociedade, ressaltou Paulo Paim (PT-RS), ao descrever o dia-a-dia de uma dona-de-casa humilde. Ele enfatizou que o direito ao trabalho, a uma justa remuneração e a condições de vida adequadas é essencial para a realização da pessoa humana. Lamentou, porém, que tais direitos sejam violados. Segundo Paim, quase 30% das mulheres são responsáveis pelo sustento de seus lares.



AO HOMENAGEAR A SUA MÃE, Janete, e a sua esposa, Adalgisa, o senador Mão Santa (PMDB-PI) declarou: “Gosto de Deus porque ele criou a mulher, o nosso encantamento maior”. O parlamentar leu trechos de livros lançados em vida por sua mãe, católica praticante, em louvor à família e à vida religiosa. Uma das referências lidas foi a primeira estrofe do poema Meu querubim, onde a mãe do senador pelo Piauí destaca sua felicidade com a maternidade.



CONCILIAR ATIVIDADES DE MÃE e profissional, exercendo ambas com amor e coragem, é uma habilidade feminina admirada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele reverenciou a memória de sua mãe, Luna, que faleceu em 2005, e saudou a filha Érica, “amiga e companheira”, e a neta Sofia. Também homenageou as mulheres do Pará: vereadoras de Belém, prefeitas, deputadas estaduais e federais, senadoras, a governadora do Pará e as trabalhadoras de seu estado.



A SOCIEDADE BRASILEIRA AINDA não absorveu a igualdade de gêneros, embora a Constituição de 1988 fixe a igualdade entre homem e mulher e garanta a emancipação da mulher sob os aspectos político, civil e social, constatou o senador Valter Pereira (PMDB-MS). Para ele, a representação política na Câmara e no Senado é um exemplo da discriminação: apesar de serem 51% do eleitorado, as mulheres ainda têm poucas representantes no Parlamento.



NÃO É JUSTO QUE AS MULHERES sejam homenageadas em “apenas um mísero dia”, afirmou ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), dizendo concordar com todos os esforços feitos para que a diferença de gêneros seja respeitada. Para Gilvam, as mulheres deveriam ser festejadas os 365 dias do ano. “Ser especial com função estratégica concedida pela natureza. Em sua essência, está completamente assentada a complexidade dos sentimentos” observou.



## Mário Couto fala sobre atraso na construção de hospital Sarah no PA



Mário Couto explica questionamentos dos ministérios públicos federal e estadual

Em discurso no Plenário, o senador Mário Couto (PSDB-PA) comunicou ter recebido correspondência da diretora do Centro de Reabilitação Infantil Sarah Kubitschek do Pará, Lúcia Braga, informando que a demora na inauguração do hospital não se deu por motivos financeiros,

mas por questionamentos, dos ministérios públicos federal e estadual, quanto à regularidade da localização do terreno no qual o centro está em construção.

Em meados do mês passado, o senador havia cobrado explicações quanto a essa demora. Depois da correspondência recebida, Mário Couto informou ter entrado em contato com o Ministério Público Federal e com o Ministério Público do Estado do Pará.

— Parece que a solução está bem próxima. Em breve vamos trazer notícias dos ministérios públicos — afirmou.

Mário Couto ainda lamentou que o tráfico de mulheres no Brasil tenha aumentado nos últimos anos. Segundo o parlamentar, anualmente, 70 mil brasileiras são “exportadas”.

## Crivella quer mudar investigação de paternidade

Em 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorreram no Brasil aproximadamente 3 milhões de casos de registros de nascimento sem a declaração do nome do pai da criança. Por essa razão, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou projeto que inverte o ônus da prova nos processos de investigação de paternidade.



Ônus da prova deve ficar com o suposto pai, segundo propõe Marcelo Crivella

Pela proposta, o juiz será obrigado a intimar o suposto pai para provar o contrário. Crivella disse esperar que sua proposta reduza os registros de nascimento sem o nome do pai.

## Inácio Arruda: alteração no cálculo da TR prejudica pequenos investidores

Inácio Arruda (PCdoB-CE) criticou ontem a decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional, no começo desta semana, de promover mudanças no cálculo da Taxa Referencial (TR), utilizada como parâmetro na correção da poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A alteração, de acordo com o Banco Central (BC), foi adotada para que a remuneração dos depósitos fique mais adequada ao cenário atual de juros e inflação baixa. O BC também sustenta que os poupadores não serão prejudicados com a medida.

No entanto, o senador entende que a mudança vai prejudicar os pequenos investidores e a correção dos depósitos do FGTS. Inácio Arruda também condenou

o corte na taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, de 13% para 12,75%. A medida adotada pelo Conselho Monetário Nacional (Copom) irá limitar a aceleração do crescimento, disse o senador.



Inácio Arruda também critica corte na taxa de juros de 0,25 ponto percentual

Percentuais que as empresas podem deduzir do Imposto de Renda para incentivar o desenvolvimento regional são um dos pontos da discórdia entre governo e parlamentares



A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Lúcia Vânia, e Garibaldi Alves (1º à dir.) são os autores do projeto de lei

## Senadores querem restabelecer o que Lula vetou na Sudene e Sudam

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai apresentar projeto de lei, proposto pela sua presidente, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que restabelece os dispositivos das leis de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) vetados pelo presidente Lula.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cícero Lucena (PSDB-PB) também manifestaram desacordo com os vetos, que, segundo eles, desfiguraram os projetos de recriação desses órgãos — aprovados no Senado em 2006 e sancionados apenas parcialmente pelo presidente da República.

Segundo a mensagem presidencial, um dos dispositivos vetados no projeto da Sudene foi incluído pelo Congresso na proposta original do Executivo. Esse dispositivo, conforme o governo, fixava, em patamares mais altos e por tempo indeterminado, os percentuais de redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) como incentivo ao desenvolvimento regional.

A CDR também acolheu requerimento do senador Antônio Carlos Valadares para realizar audiência com o ministro da Previdência,

Nelson Machado, e representantes da Associação Brasileira de Municípios sobre as dívidas das prefeituras com a Previdência. Valadares disse que as cobranças, segundo ele questionáveis, de dívidas dos municípios têm criado dificuldades financeiras para as prefeituras, sobretudo nos municípios mais pobres do Norte e Nordeste.

Foram concedidos pedidos de vista para o PLS 364/03, sobre os fundos constitucionais de financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, e para o PLS 286/03, que propõe forma alternativa de pagamento de débitos relativos a empréstimos e financiamentos à rede hoteleira do país.



A Cofins deve integrar fundos de participação, segundo Dornelles

## Dornelles quer mais dinheiro para estados e municípios

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de duas propostas de emenda à Constituição. A primeira inclui a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na base de cálculo dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). A segunda estabelece que a imunidade tributária de instituições de ensino e pesquisa sem fins lucrativos, além de templos religiosos, passará a incidir sobre as contribuições financeiras de qualquer natureza.

— O governo reduziu de 80% para 40% a receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Hoje, a base de cálculo dos fundos utiliza esse novo percentual — explicou.

## Supervisor educacional deve ter profissão regulamentada

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez apelo ontem para que o Senado vote logo o projeto de lei complementar (PLC 132/05) que regulamenta a profissão de supervisor educacional. O senador lembrou que essa atividade está prevista no artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e que o projeto é resultado de longo estudo e debates promovidos pelas associações e sindicatos de supervisores do Brasil.

Zambiasi argumentou que a função é importante para elevar a qualidade da educação no Brasil, que, na média, não tem alcançado nem mesmo a pontuação mínima (50 pontos) no Exame do Ensino Médio (Enem), baixando de 40 pontos em 2005 para 36,90 em 2006.



Zambiasi: função é importante para elevar qualidade da educação no país



## Antonio Carlos Magalhães é transferido para UTI

De acordo com boletim médico divulgado ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – internado desde quarta-feira no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo, para tratamento de seu quadro respiratório e renal – foi transferido para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e será submetido a exames de avaliação laboratoriais e de imagem.

No momento, o estado clínico do senador é estável. ACM, que tem 79 anos, é diabético e cardíaco, continuará internado por tempo indeterminado. Ainda segundo o boletim médico, o tratamento medicamentoso para estabilizar a função renal exige monitoração contínua, o que só pode ser feito na UTI. O senador sofre de disfunção renal há alguns anos. O problema foi agravado em consequência de uma pneumonia decorrente de forte gripe que contraiu no começo da semana.

## João Claudino cobra aplicação do Estatuto das Cidades

João Vicente Claudino (PTB-PI) cobrou a aplicação do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01), que determina as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O senador advertiu para o inchaço cada vez maior das cidades, que aguardam a elaboração de um plano diretor, conforme determina a estatuto.

– As consequências diretas desse inchaço são a desestruturação e estagnação por não existirem condições para que os municípios conduzam sua missão junto às suas populações – disse.

Claudino registrou que muitas prefeituras carecem de condições financeiras para honrar a legislação e que, no seu estado, a Associação dos Prefeitos Piauienses firmou convênio com o governo estadual para criar um fundo específico para financiamento da elaboração do plano diretor dos municípios.



João Claudino adverte para inchaço das cidades que aguardam seu plano diretor

Ministra recebe placa por ter proposto, no Senado, resolução que deu origem a comissão. Ela também foi parabenizada pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem



Marina Silva, em reunião presidida por Paim (C), compõe a mesa com os ex-presidentes da CDH: Cristovam (D), Juvêncio (E) e Magno Malta

## Marina prega solidariedade entre os povos contra o aquecimento

As próximas gerações poderão não contar mais com previsibilidade em relação às transformações climáticas. O alerta foi feito pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que participou ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o tema “Meio ambiente, vida e direitos humanos”.

Na avaliação de Marina, o Brasil ocupa lugar privilegiado no cenário mundial devido à existência da Floresta Amazônica e às características da biodiversidade nacional. Sobre a possibilidade de produção de biocombustível, a ministra afirmou que “só será de fato uma oportunidade de negócio para o Brasil se gerar solidariedade capaz de ser compartilhada com todos os povos”.

Marina ressaltou também que o desequilíbrio das mudanças climáticas pode afetar o produto interno bruto global em até 20%, além de ocasionar um esquentamento da Amazônia em até 8 graus. Ela destacou a atuação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no combate ao desmatamento da Floresta Amazônica e pela preservação da fauna brasileira.

– Para a continuação desse trabalho, é preciso colocar a ética na frente da técnica. Se não fizermos isso, todos nós vamos pagar um preço muito alto – alertou.

A ministra entregou ao presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), relatório elaborado pelo MMA sobre mudanças climáticas e o efeito delas na biodiversidade brasileira até o século 21.

### Mulher

Na ocasião, a CDH também prestou homenagem a Marina Silva e a todas as brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

– A mulher põe muito mais foco nas pessoas do que nas coisas. Essa visão é que nos faz dar a contribuição a este século e a este

milênio – enfatizou a ministra.

Participaram da discussão sobre o Dia da Mulher representantes do Tribunal Superior do Trabalho, da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, da Fundação Cultural Palmares, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Associação das Mães dos Deficientes do Brasil, além da ministra Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

### Galeria

A CDH realizou ainda uma cerimônia de inauguração da galeria com as fotos dos três primeiros presidentes do colegiado: Magno Malta (PR-ES), o ex-senador Juvêncio da Fonseca e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Marina Silva, que é senadora licenciada, recebeu uma placa personalizada por ter sido a autora do projeto que criou a Comissão de Legislação Participativa (CLP), cujas atribuições foram posteriormente incluídas na CDH.

## Comissão temporária irá discutir a questão dos negros

A proposta de criação de uma comissão temporária destinada a discutir as questões atinentes aos 120 anos da Abolição da Escravatura no Brasil e ao preconceito racial no país será apreciada pelo Plenário. A Comissão de Direitos Humanos aprovou requerimento de autoria dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) com essa solicitação.

De acordo com o requerimento, os trabalhos do colegiado teriam

início no próximo dia 13 de maio – data da “ainda não concluída” Abolição da Escravatura – e se estenderiam por um ano. Nesse período, seriam examinados e votados os projetos considerados mais importantes, em tramitação no Congresso, que tratam de questões de interesse dos negros. A comissão temporária funcionaria no âmbito da própria CDH e das comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Foi aprovado ainda outro requerimento de Paim, presidente

da CDH, solicitando a realização de audiência pública para debater o preconceito racial. A reunião foi marcada para o próximo dia 22 e contará com a presença da ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Os senadores da CDH acolheram também requerimento de Patrícia Saboya (PSB-CE) propondo realização de audiência pública destinada a debater a violência na juventude e suas causas.

## Flexa Ribeiro faz apelo por usinas do Pólo de Carajás

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou que, no início deste mês, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em parceria com o Batalhão de Policiamento Ambiental, ampliou a fiscalização das siderúrgicas instaladas no Pólo de Carajás, em uma operação denominada Quaresma. Essa ação, segundo o senador, implicou a autuação e o embargo de várias usinas que estão em processo de renovação de suas licenças.

Flexa pediu à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, que negocie uma solução emergencial para o problema. De acordo com ele, até o dia 5 de março, a operação já tinha aplicado R\$ 12,5 milhões em multas e apreendido 2.246 metros cúbicos de madeira serrada e 4.100 metros cúbicos de tora, além de 607 metros de carvão vegetal.

## Suplicy pede reflexão sobre a campanha da CNBB

Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou os senadores a refletirem sobre a Campanha da Fraternidade deste ano, cujo enfoque é a Amazônia. Suplicy leu a carta enviada aos senadores pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Scherer, em que o religioso aponta os prejuízos causados à Amazônia pela exploração da floresta “por grandes e pequenos interesses”.

O secretário-geral da CNBB propõe um modelo de exploração sustentável baseado em uma nova ética adequada para a convivência com a natureza, pautada no zelo e na comum responsabilidade, que leve em conta os povos da floresta, “habitualmente esquecidos ou vítimas de violência e derramamento de sangue decorrentes de conflitos pela posse e exploração da terra, agravados pela ausência do Estado”.



Suplicy leu carta de dom Odilo defendendo exploração sustentável da Amazônia